



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições. Legislação e julgados com entrada em vigor após a publicação do Edital de Abertura de Inscrições poderão ser utilizados, quando supervenientes ou complementares a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação para a função. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressa no conteúdo programático.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Para o cargo: Técnico Contábil

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Matemática: Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números racionais nas suas representações fracionária ou decimal. Mínimo múltiplo comum. Máximo divisor comum. Porcentagem. Razão e proporção. Regra de três simples ou composta. Equações do 1º ou do 2º grau. Sistema de equações do 1º grau. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico. Tratamento da informação – média aritmética simples. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de Pitágoras e de Tales.

Noções de Informática: MS-Windows 11: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016. MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Tópicos básicos de ambientes *Google Workspace* (Gmail, Agenda, Meet, Chat, Drive, Documentos, Planilhas, Apresentações, Formulários). Tópicos básicos de ambientes do *Microsoft Teams* (chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho colaborativo usando ferramentas como Word, Excel, PowerPoint).

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Específicos: Princípios fundamentais de contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade. Noções de administração pública. Conceitos e tratamento dado às receitas e despesas na contabilidade pública. Estágios da despesa pública. Classificação institucional, funcional e programática. Escrituração contábil de fatos que afetem o patrimônio de instituições públicas. Tipos de orçamentos públicos. Elaboração e aprovação de orçamento. Execução orçamentária. Balanços públicos (financeiro, patrimonial e orçamentário). Demonstração das variações patrimoniais. Legislação tributária referente às retenções do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Incidente sobre a prestação de serviços de terceiros.) Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços (Lei nº 4.320/1964). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000). Emendas Constitucionais nº 19, 20, 29, 41 e 53. Conhecimentos básicos sobre Contabilidade Comercial. Conhecimentos básicos sobre Contabilidade Pública. Constituição Federal (Título VI - Da Tributação e do Orçamento). Auditoria. Controle governamental. Controles externos. Controles internos. Auditoria interna. Auditoria no Sistema de Controle Interno. Conceito de Planejamento e Orçamento Público. Instrumentos Básicos de Planejamento. Princípios Orçamentários.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Para o cargo: Contador

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Matemática: Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números racionais nas suas representações fracionária ou decimal. Mínimo múltiplo comum. Máximo divisor comum. Porcentagem. Razão e proporção. Regra de três simples ou composta. Equações do 1º ou do 2º grau. Sistema de equações do 1º grau. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico. Tratamento da informação – média aritmética simples. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de Pitágoras e de Tales.

Noções de Informática: MS-Windows 11: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016. MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Tópicos básicos de ambientes *Google Workspace* (Gmail, Agenda, Meet, Chat, Drive, Documentos, Planilhas, Apresentações, Formulários). Tópicos básicos de ambientes do *Microsoft Teams* (chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho colaborativo usando ferramentas como Word, Excel, PowerPoint).

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Específicos: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Conceitos e Aplicabilidade das normas. Normas contábeis. Campo de aplicação. Usuários da informação contábil no setor público. Plano de contas. Conceitos e procedimentos contábeis orçamentários: Princípios orçamentários. Receita orçamentaria (classificação, previsão e execução). Despesa orçamentária (classificação, fixação e execução). Fonte e destinação de recursos. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Conceitos e procedimentos contábeis patrimoniais: composição do patrimônio público. Variações patrimoniais qualitativas, quantitativas e resultado patrimonial. Mensuração de ativos e passivos. Ativos imobilizado e intangíveis. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão. Transações sem contraprestação. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Repercussão patrimonial das despesas de exercícios anteriores. Procedimentos contábeis específicos: parcerias público-privadas. Operações de crédito, dívida ativa, precatórios. Características qualitativas da informação contábil. Avaliação patrimonial: bases de mensuração em conformidade com a estrutura conceitual. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário, Financeiro e Balanço Patrimonial. Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido. Notas explicativas e Consolidação das Demonstrações Contábeis. **Finanças públicas:** Licitação Pública: conceitos, princípios, modalidades, características e tipos, de licitação e seu processamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Inexigibilidade e dispensa de licitação. Orçamento Público: Planejamento, execução e controle do orçamento. Instrumentos de planejamento: plano plurianual de investimentos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Créditos Adicionais. Fiscalização contábil, financeiras e orçamentária prevista na Constituição Federal. Responsabilidade na Gestão Fiscal: conceitos e normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Planejamento. Receita e Despesa Públicas. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Dívida e endividamento. Gestão patrimonial. Prestação de Contas. Transparência, controle e fiscalização. Controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuições. Tipos de processos do TCU/TCE/TCM. **Contabilidade Geral.** Conceitos e aplicabilidade das normas. Normas contábeis. Campo de aplicação. Usuários dos relatórios financeiros para fins gerais. Regimes contábeis. Características qualitativas de informações financeiras. Escrituração contábil. Plano de contas. Transações contábeis. Balancete de verificação. Elementos patrimoniais das demonstrações contábeis. Depreciação, Amortização e Exaustão. Redução ao valor recuperável de ativos. Provisão, passivo e ativo contingentes. Patrimônio líquido. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas. Demonstrações Contábeis Consolidadas. Análise de Balanços. Ciclo econômico, operacional e financeiro. **Contabilidade Gerencial.** Sistema de Informação Gerencial: finanças e contabilidade gerencial. Sistema de gerenciamento de custos e desempenho. Implementação de sistema de informações gerenciais. Sistema de custeio por absorção. Sistema de custeio variável, margem de contribuição e análise custo/volume/lucro. Custo padrão. Custeio baseado em atividades. Formação de preços. Gestão e Análise de Orçamentos: ponto de equilíbrio, margem de segurança, análise financeira de orçamentos. **Legislação:** Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – Instituto Rui Barbosa. Normas e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Normas Técnicas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (Geral e Específicas). NBC TSP Estrutura Conceitual. Apresentação das demonstrações contábeis (NBC TSP nº 11/2018). Custos no setor público (NBC TSP nº 34/2021). NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. Normas Gerais de Direito Financeiro (Lei nº 4.320/1964). Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976). Governo Digital (Lei nº 14.129/2021). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). **Direito Tributário:** Conceito, fontes e princípios de direito tributário. Tributo. Taxa. Contribuição de Melhoria. Contribuição Social. Empréstimo Compulsório. (conceito, distinção, competência, fato gerador, base de cálculo, contribuintes, requisitos para cobrança, lançamento etc.). Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Discriminação de rendas tributárias. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. **Auditoria:** Auditoria de regularidade e auditoria operacional. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Exame e avaliação do controle interno. Risco inerente, de controle e de detecção. Risco de auditoria. Matriz de Planejamento. Programa de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. Matriz de achados e matriz de responsabilização. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria. Monitoramento. Documentação da auditoria. **Auditoria Governamental:** Auditoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, objetivos, abrangência, formas e tipos de auditoria governamental. Normas fundamentais de auditoria. Plano/Programa de auditoria. Técnicas, achados e evidências de auditoria. Papéis de trabalho. Parecer e relatório de auditoria. Controles internos e governança corporativa. Gestão e planejamento da auditoria. Amostragem estatística. Comunicações de auditoria. Auditoria contínua. Normas Brasileiras de Auditoria Interna. Sistemas e categorias de controle interno.

Legislação Municipal: *Lei Orgânica: Seção II - Dos Orçamentos e Seção III - Da Fiscalização Financeira e Orçamentária, Lei Complementar número 40/1998, Lei Municipal nº 3448/2017, Lei Complementar nº 409/2025 e Decreto Municipal 8.397/24.*

Para o cargo: Procurador Municipal

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional: 1) Estado. Origem. Formação. Conceito e elementos. Forma de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo. 2) Direito Processual Constitucional. Constituição e processo. Direito constitucional processual. Sistema Jurídico. Supremacia Constitucional. Nulidade. Conceito de Constitucionalidade. Controle de Constitucionalidade. Conceito, Requisitos e Espécies de Controle de Constitucionalidade. Controle Difuso. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Controle Concentrado. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de Constitucionalidade no âmbito estadual. Writs Constitucionais. Mandado de injunção. Mandado de segurança. Ações Constitucionais. 3) Eficácia e Aplicabilidade Das Normas Constitucionais. 4) Organização do Estado e do Poder. Federação. Características. Federação Brasileira. União. Competência da União. Estados membros. Competência dos Estados Membros. Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios. Formação dos Municípios. Competência dos Municípios. Distrito Federal. Competência do Distrito Federal. Repartição das Competências. Intervenção. Intervenção Federal. Intervenção Estadual. 5) Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo Federal, Estadual, Municipal, Distrital e dos Territórios. 6) Processo Legislativo. Tipos e Espécies. Procedimento. Fases. Iniciativa. Discussão e Aprovação. Execução. Espécies. Normativas. Emenda Constitucional. Leis Complementares, Ordinárias e Delegadas, Medida Provisória, Decreto Legislativo e Resoluções. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas. Poderes dos Tribunais de Contas. Composição, características e atribuições dos Tribunais de Contas. Tribunais de Contas Municipais. Ministério Público de Contas. 7) Poder Executivo. O exercício do Poder Executivo no âmbito federal, estadual, municipal, distrital e dos territórios. Atribuições. Posse e Mandato. Vacância e impedimentos dos cargos. Ministros de Estado. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. 8) Poder Judiciário. Jurisdição. Função jurisdicional. Órgãos do Poder Judiciário. 9) Direitos e Garantias Fundamentais. Evolução. Características. Aplicabilidade. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais explícitos e implícitos. Convenções e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Conflito entre Direitos Fundamentais. Direitos Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos. Inelegibilidades. Ficha Limpa. Partidos Políticos. Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

na vida política e administrativa brasileira. 10) Ordem Social. Seguridade Social. Educação. Cultura. Desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios. 11) Ordem Econômica e Financeira. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional. Intervenção do Estado. Da Política Urbana. Da Política Agrícola. 12) Da Administração Pública. Princípios constitucionais. Servidor Público. Licitação. Improbidade Administrativa. Servidor público e mandato eletivo. Sistema Remuneratório. Previdência e estabilidade do servidor público. 13) Constituição Federal de 1988 (CF). Emendas à Constituição. Bloco de constitucionalidade. Controle de convencionalidade. 14) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Administrativo: 1) Conceito de Direito Administrativo. Origem. Bases ideológicas. Regime jurídico-administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo expressos e implícitos. Poderes da Administração Pública. Atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Lei Federal nº 13.726/2018. 2) Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência. 3) Administração Indireta. Conceito. Controle da Administração Indireta. Autarquias. Autarquias especiais. Agências executivas. Agências reguladoras. Fundações públicas. Fundações municipais. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016). Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei de Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007). Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação. 4) Terceiro setor. Conceito. Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Contrato de gestão. Lei das Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637/1998). Organizações de sociedade civil de interesse público. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei Federal nº 13.019/2014). Termo de parceria. Lei das OSCIP (Lei Federal nº 9.790/1999 e Decreto Federal nº 3.100/1999). Convênios de saúde complementar ao SUS. 5) Servidores públicos I. Conceito e classificação. Servidores estatais: servidores e empregados públicos. Normas constitucionais sobre os servidores estatais. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais. 6) Servidores públicos II. Aposentadoria dos servidores públicos. Regime próprio e previdência complementar. Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos. 7) Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutórios de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias, instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos. 8) Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios. 9) Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999). 10) Licitações públicas. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Modalidades licitatórias. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços. Normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei Federal nº 12.232/2010). 11) Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Contratos privados da Administração. Convênios administrativos e instrumentos congêneres. 12) Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Lei do Usuário de Serviços Públicos (Lei Federal nº 13.460/2017). Serviços de interesse local. Serviço público de educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996). Serviço de saúde e direito sanitário. Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007). Sistema Único de Saúde. Lei do SUS (Lei Federal nº 8.080/1990). 13) Concessão de serviço público. Conceito, natureza jurídica, remuneração do concessionário. Licitação das concessões. Contrato de concessão. Direitos, deveres e responsabilidade da concessionária e do poder concedente. Lei de Concessões de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/1995). Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Concessão administrativa. Licitação das parcerias. Regime de garantias. Regimes de empreitada. Responsabilidade do construtor e da Administração. Lei de Parcerias Público-Privadas – PPP (Lei nº 11.079/2004). Concessão patrocinada e concessão administrativa. 14) Intervenção do Estado no domínio econômico. Infrações administrativas à ordem econômica. Regulação administrativa. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Atividades privadas sob regime especial. 15) Infrações e sanções administrativas. Providências acautelatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). 16) Intervenção do Estado na propriedade. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública (Decreto-Lei nº 3.365/1941). Desapropriação por interesse social (Lei Federal nº 4.132/1962). Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos. Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento. 17) Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos. 18) Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público. 19) Responsabilidade civil do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexo causal e de imputação. Dano indenizável. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

jurisdicional. 20) Improbidade Administrativa. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992). 21) Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). 22) Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). 23) Responsabilidade dos Prefeitos. Lei da Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967). 24.) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). 25) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Tributário: 1) Sistema Tributário Nacional: titulares do poder de tributar. Princípios gerais. Lei complementar em matéria tributária. Limitações ao poder de tributar (Princípios jurídicos da tributação). Imunidades genéricas e específicas. Competência tributária: Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Empréstimos compulsórios. Contribuições sociais e outras contribuições. Repartição das receitas tributárias. 2) Código Tributário Nacional: conceito e natureza jurídica do tributo. Impostos, taxas, contribuições de melhoria. Normas gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; responsabilidade tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. Crédito tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos; suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades. Garantias e privilégios do crédito tributário, preferências. Administração tributária: Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas e positivas. 3) Execução fiscal. Medida cautelar fiscal. Ação anulatória de lançamento tributário. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação de repetição de indébito. Ação consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança. Protesto de certidão de dívida ativa. 4) Tributos municipais. Disposições constitucionais e do Código Tributário Nacional. IPTU, ITBI e ISS. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal (Lei Complementar nº 116/2003). 5) Crimes contra a ordem tributária. 6) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Processual Civil: 1) O Direito e os conflitos de interesses. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública e do advogado público. 2) Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição. Prorrogação e prevenção. 3) Processo: noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. Valor da causa. 4) Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. 5) Tutela provisória. Tutela de urgência: Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela requerida em caráter antecedente. Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada. Antecedente. Da tutela da evidência. Tutela provisória de urgência. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 6) Suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público. 7) Procedimento comum. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. 8) Resposta do réu. Contestação. Reconvenção. Incidentes processuais. 9) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento. 10) Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Execução provisória. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. 11) Remessa Oficial. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição. 12) Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e impugnação. Execução contra a Fazenda Pública e Embargos à Execução. Precatórios e obrigações de pequeno valor. 13) Precedentes. Incidentes de resolução de demandas repetitivas. Assunção de competência. Recurso Especial ou Extraordinário repetitivo. 14) Procedimentos especiais. Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado Especial Federal. 15) Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança Coletivo; Habeas Data. 16) O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Tutelas. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 17) Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015) e Lei de Execução Fiscal (Lei Federal nº 6.830/1980). 18) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho: 1) Direito do Trabalho: princípios, métodos de interpretação, integração e aplicação, renúncia e transação. Disposições constitucionais (Constituição Federal (CF) e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 2) Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de compensação de horas. Trabalho em regime de revezamento. Jornada noturna do trabalhador urbano. Intervalos intrajornadas. Intervalos interjornadas. Descanso semanal remunerado. Férias. 3) Proteção do trabalho da mulher e proteção à maternidade. 4) Alteração, suspensão, interrupção do contrato de trabalho. 5) Formas de extinção do contrato de trabalho: despedida por justa causa, despedida sem justa causa, pedido de demissão, rescisão indireta do contrato de trabalho, término do contrato por prazo determinado, morte do empregado, cessação das atividades do empregador. Extinção por acordo entre empregado e empregador. Rescisão do contrato de trabalho. Aviso Prévio (Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Lei nº 12.506/2011). 6) Prescrição no Direito do Trabalho. 7) Acordos e convenções coletivas de trabalho. 8) Administração Pública e terceirização. Administração Pública como dona de obra. 9) Processo do Trabalho: conceito, autonomia, princípios, natureza jurídica, fontes. Disposições constitucionais. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Normas do Código de Processo Civil (CPC) aplicáveis ao Processo do Trabalho. Atuação da Fazenda Pública no processo do trabalho. Decreto-Lei nº 779/1969. 10). Aplicação, interpretação e integração das normas processuais trabalhistas. 11) Organização e competência da Justiça do Trabalho. 12) Ação trabalhista: conceito, natureza jurídica, condições e elementos. 13) Audiências no Processo do Trabalho 14) Arquivamento do processo. 15) Resposta do reclamado (contestação, exceções e reconvenção). 16) Revelia e confissão. 17) Conciliação. 18) Provas no processo do trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho e Código de Processo Civil). 19) Sentença e coisa julgada no processo do trabalho. Honorários advocatícios. 20) O sistema recursal trabalhista: embargos de declaração, recurso ordinário, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo de petição, agravo interno, recurso adesivo e recurso extraordinário. 21) Liquidação de sentença



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

e execução no processo do trabalho. Embargos à penhora e Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de terceiro. Embargos à arrematação. Embargos à adjudicação. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. 22) Responsabilidade subsidiária e solidária no processo trabalhista – Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16 STF. Supremo Tribunal Federal, Temas de Repercussão Geral STF relacionados. 23) Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943). 24) Súmulas, Orientações jurisprudenciais, Precedentes e jurisprudência do STF, TST e STJ.

Direito Ambiental e Urbanístico: 1) Princípios fundamentais de Direito Ambiental. 2) Fontes do Direito Ambiental. 3) Repartição constitucional das competências em matéria ambiental (Lei Complementar Federal nº 140/2011). 4) Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). 5) Responsabilidade civil, administrativa e penal (Lei nº 9.605/1998). 6) Política urbana (Lei nº 10.257/2001). 7) Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979). 8) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF). 9) Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). 10) Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000). 11) Regularização Fundiária Urbana (Lei nº 13.465/2017). 12) Direito Ambiental na Constituição Federal (Artigo 225, CF/1988).

Direito Civil e Empresarial: 1) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2) Elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e normas para a consolidação dos atos normativos (Lei Complementar nº 95/1998). 3) Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade. 4) Teorias e aplicação do fato, ato e negócio jurídico, inclusive elementos incidentais, defeitos e invalidade do negócio jurídico. Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico. 5) Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social. 6) Prescrição e decadência. 7) Direito das obrigações. 8) Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, extinção do contrato. Classificação dos contratos. Contratos preliminares e definitivos. Interpretação dos contratos. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, comodato, prestação de serviços, empreitada, mandato, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso. 9) Princípio da boa-fé objetiva. Figuras parcelares da boa-fé objetiva. Deveres anexos da boa-fé objetiva. 10) Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. 11) Responsabilidade civil (extracontratual, pré-contratual, contratual e pós-contratual). Teoria da responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 12) Posse e detenção. 13) Direitos reais. 14) Propriedade. Função social da propriedade. Lei da Regularização Fundiária Urbana e Rural (Lei nº 13.465/2017). 15) Parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979). 16) Direitos de vizinhança. 17) Loteamento. Condomínios. Lei de Incorporações Imobiliárias (Lei nº 4.591/1964). Condomínio de lotes. 18) Registros públicos e registros de imóveis. Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973). Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991). Lei dos Cartórios (Lei nº 8.935/1994). Lei de Protesto de Títulos (Lei nº 9.492/1997). Responsabilidade civil dos notários e registradores. 19) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). 20) Código Civil (Lei Federal nº 10.406/2002). 21) Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). 22) Direito empresarial. Disposições do Código Civil. Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e sociedade empresária. Lei de Recuperação de Empresas e Falência – LREF (Lei nº 11.101/2005). Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006). 23) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Financeiro: 1) Conceito e objeto. Disposições constitucionais. Emendas constitucionais. Vedações constitucionais. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito Financeiro. Constituição Federal/1988, Título VI, Cap.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

II. Normas Gerais de Direito Financeiro (Lei Federal nº 4.320/1964). Conceito e classificação de Receita pública. Conceito e classificação de Despesa pública. Proposta orçamentária. Elaboração da Lei do Orçamento. Exercício financeiro. Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários). Execução do orçamento. Fundos Especiais. Controle da execução orçamentária. Contabilidade. Autarquias e outras entidades. Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000). 2) Orçamento público. Conceito. Tipos. Princípios orçamentários. 3) Leis orçamentárias. Plano plurianual. Lei de diretrizes orçamentárias. Lei orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo. 4) Estágios da despesa pública. Empenho. Conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social. Regime de adiantamento. 5. Receita pública. Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa. 6) Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional. 7) Precatórios. Conceito. Histórico. Disposições constitucionais. Emendas constitucionais. Parcelamento do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Intervenção Federal. Precatório alimentar. Prioridade alimentar. Abatimento de débitos tributários. Compra de imóveis públicos. Atualização monetária. Juros de mora. Cessão de precatórios. Assunção de dívida. Parcelamento do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Dos sistemas de parcelamento. Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre precatórios. Acordos. Sequestro. Decisões do Supremo Tribunal Federal. Precatório na lei de responsabilidade fiscal. Requisição de pequeno valor. 8) Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/2000. Operações de crédito. Antecipação de receita. 9) Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível. 10) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direitos Difusos e Coletivos: 1) Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Conceito e formas de tutela. 2) Instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos de natureza coletiva. Inquérito civil. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Fundos. 3) Processo Civil Coletivo. Teoria geral do Processo Civil Coletivo. Princípios gerais do Processo Civil Coletivo. Sistema de Vastos Comunicantes. Ações cabíveis. Legitimidade ativa e passiva. Interesse Processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência. Litispendência, conexão e continência. Antecipação de tutela e outras medidas de urgência. Multas. Desistência. Transação. Prova. Recursos. Sentença. Custas e demais encargos da sucumbência. Coisa Julgada. Liquidação, Cumprimento e Execução. Fundos. 4) Tutela de outros direitos metaindividuais. Disposições constitucionais. Legislação especial: Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Lei do SUS (Lei nº 8.080/1990). Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Direitos das Pessoas com deficiência e Promoção da Acessibilidade (Lei nº 7.853/1989, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 10.216/2001, Lei nº 13.146/2015, Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009). Educação. Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996). Saneamento Básico Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Diretrizes nacionais para o saneamento básico (Decreto nº 7.217/2010). Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Mandado de Segurança. Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981, Lei nº 9.795/1999, Lei nº 9.605/1998, Lei nº 9.985/2000, Lei Complementar nº 140/2011 e Lei nº 12.651/2012). Urbanismo - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.124/2005). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012); Política



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012); Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015); Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979); Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); Regularização Fundiária e Urbana “Reurb” (Lei nº 13.465/2017). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). 5) Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Legislação Municipal de Itaquaquecetuba: 1) Lei Orgânica do Município de Itaquaquecetuba. 2) Lei Municipal nº 509/1970 — Código de Obras. 3) Lei Municipal nº 762/1982 — Código de Posturas. 4) Lei Complementar Municipal nº 40/1998 — Código Tributário Municipal. 5) Lei Complementar Municipal nº 64/2002 — Estatuto do Servidor Público de Itaquaquecetuba. 6) Lei Complementar Municipal nº 65/2002 — Organização Administrativa e descrição dos cargos. 7) Lei Complementar Municipal nº 156/2008 — Lei de Ocupação do Solo. 8) Lei Complementar Municipal 157/2008 — Lei de Parcelamento do Solo. 9) Lei Complementar Municipal nº 245/2014 — Lei do Regime Próprio de Previdência. 10) Lei Complementar Municipal 280/2015 — Estatuto do Magistério Municipal. 11) Lei Municipal nº 3.448/2017 — Lei do Processo Administrativo Municipal. 12) Lei Complementar Municipal nº 399/2024 — Plano Diretor Estratégico. 13) Lei Complementar Municipal nº 398/2024 — Reforma da estrutura e parte das atribuições da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, com inclusão do Setor da Dívida Ativa em tal pasta. 14) Lei Complementar Municipal nº 408/2025 — Trata sobre o CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania).

Para o cargo: Professor Titular de Educação Especial (PTEE)

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção — emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Formação histórica e filosófica do modelo escolar. Função social da escola. Concepções de educação e de escola. Gestão escolar democrática. Projeto político-pedagógico. Currículo: concepção e organização do conhecimento. Currículo na educação básica. Psicologia do desenvolvimento. Pedagogia dos multiletramentos. Desenvolvimento de competências. Trabalho por projetos. Formação continuada do educador, desenvolvimento e responsabilidades profissionais. Educação inclusiva. Educação em direitos humanos. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares. Avaliação e construção do conhecimento. Avaliação da educação básica no Brasil. Fracasso escolar e trabalho docente. Indisciplina na escola: a relação professor-aluno. Educação digital escolar: o estudante como consumidor e produtor de tecnologia. Escola durante e pós-pandemia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Bibliografia:

Autor(es)	Título	Dados bibliográficos / Observações
ALCÂNTARA, W.	Escola e cultura escolar durante e pós-pandemia: caminhos para reflexão.	Prometeica - Revista de Filosofia y Ciencias, São Paulo, n. 24, 2022.
ALMEIDA, M. E. B., VALENTE, J. A.	Integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais.	Currículo Sem Fronteiras, [S. l.], v.12, n. 3, set./dez., 2012.
AQUINO, J.G. (org.)	<i>Indisciplina na escola</i> : alternativas teóricas e práticas.	São Paulo: Summus, 1996. caps. 2, 3 e 9
BACICH, L., TANZI NETO, A., TREVISANI, F.M. (org.).	<i>Ensino híbrido</i> : personalização e tecnologia na educação.	Porto Alegre: Penso, 2015.
BARBOSA, M.C.S.	Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas.	<i>Educação & Sociedade</i> , Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, 2007.
BONAMINO, A., SOUSA, S.Z.	Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.	<i>Educação e Pesquisa</i> , [S.l.], v. 38, n. 2, 2012.
BOTO, C.	A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos.	<i>Revista da História da Educação</i> . [S.l.] v. 18, n. 44, 2014.
COLL, C., MONERO, C. (org.).	<i>Psicologia da Educação Virtual</i> : aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.	Porto Alegre: Artmed, 2010. caps. 1 e 14.
DEMO, P.	<i>Avaliação qualitativa</i> .	Campinas: Autores Associados, 2008.
FERREIRA, N.S.C. (org.).	Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.	8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
FRADE, I., ARAÚJO, M., GLÓRIA, J.R	Multimodalidade na alfabetização: usos da leitura e da escrita digital por crianças em contexto escolar.	<i>Revista Brasileira de Alfabetização</i> , Belo Horizonte, v. 1, n. 8, jul./dez. 2018.
HERNÁNDEZ, F., VENTURA, M.	Os projetos de trabalho: uma forma de organizar os conhecimentos escolares.	In: _____. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho</i> : O conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017. cap. 5, p. 59-82.
HOFFMANN, J. M. L.	<i>Avaliação</i> : mito e desafio – uma perspectiva construtivista.	Porto Alegre: Mediação, 2018.
LA TAILLE, Y., OLIVEIRA, M. K., DANTAS, H.	<i>Piaget, Vygotsky, Wallon</i> : teorias psicogenéticas em discussão.	São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S.	<i>Educação Escolar</i> : políticas, estrutura e organização.	São Paulo: Cortez, 2012, 4ª Parte, capítulo III.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

MENDES, E. G., ALMEIDA, M. A., TOYODA, C. Y.	Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.	<i>Educar em Revista</i> , Curitiba, n. 41, jul./set, 2011.
NÓVOA, A.	Professores: imagens do futuro presente.	Lisboa: Educa, 2009. caps. 2 e 4.
PAULILO, A.L.	A compreensão histórica do fracasso escolar no Brasil.	<i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Paulo, v. 47, n. 166, 2017.
ROJO, R.	Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola.	In ROJO, R., MOURA, E. (org.). <i>Multiletramentos na escola</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
ROPOLI, E. A.	<i>A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva</i> .	Brasília: MEC/SEESP. Fortaleza: UFC, 2010.
SILVA, R.R.D.	Currículo, conhecimento e transmissão cultural: contribuições para uma teorização pedagógica contemporânea.	<i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Paulo, v. 46, n. 159, 2016.
TARDIF, M.	Saberes docentes e formação profissional.	13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. caps. 2,3 e 7.
VEIGA, I.P.A.	Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade.	<i>Revista Retratos da Escola</i> , Brasília, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009.
ZABALA, A., ARNAU, L.	<i>Métodos para Ensinar Competências</i> .	Porto Alegre: Penso, 2020, caps. 1 e 2.

Legislação:

Instituição/Órgão	Documento Legal	Observações/Disponibilidade
BRASIL.	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo II, Seção I - artigos 205 a 214)	Direito à Educação (Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, princípios do ensino, finalidades da educação, recursos e financiamento).
BRASIL.	Lei nº 8.069/1990	Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA
BRASIL.	Lei nº 9.394/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
BRASIL.	Lei nº 13.146/2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência - Capítulo IV
BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Educação Especial Inclusiva (Orienta a organização do ensino para garantir a inclusão de estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, prioritariamente na rede regular de ensino).
BRASIL. CNE/CP	Resolução CNE/CP nº 01/2004	Educação das Relações Étnico-Raciais (Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		Africana, com foco na valorização da diversidade e combate ao racismo).
BRASIL. MEC/Presidência da República	Decreto nº 11.556/2023	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Institui a política de esforços conjuntos para que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental).
BRASIL. MEC/SEB	Base Nacional Comum Curricular (BNCC - Capítulos 1 e 2)	Fundamentos e Competências Gerais (Concepção de educação, papel da BNCC, e as 10 Competências Gerais que devem ser desenvolvidas em toda a Educação Básica).
BRASIL. CNE/CEB	Resolução CNE/CEB nº 04/2010	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Orientações para o planejamento, execução e avaliação dos currículos e dos Projetos Político-Pedagógicos na Educação Básica, destacando a indissociabilidade entre o educar e o cuidar).
BRASIL. MEC/SEB	Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania (Caderno 1, parte II)	Gestão Democrática e Conselho Escolar (Funções e atribuições dos Conselhos Escolares como órgãos colegiados para deliberação nas áreas político-pedagógica, administrativa e financeira, promovendo a participação comunitária).
BRASIL. MDH/CNE	Resolução nº 1/2012	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) (Estabelece a EDH como processo sistemático e transversal, com princípios como dignidade humana, igualdade e valorização das diversidades, visando a transformação social e a cultura de direitos).

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Específicos: Princípios, legislações, políticas e conceitos no campo da educação especial. História da educação especial – internacional e no Brasil. Modelos de atendimento da educação especial no Brasil. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Público-alvo da educação especial: pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Transtorno do Espectro Autista. Atendimento educacional especializado: conceitos, planejamento, avaliação e práticas. Desenvolvimento e aprendizagem na educação especial. Processos de ensino e avaliação na educação especial. Currículo e didática em educação especial. Ensino Colaborativo. Desenho Universal para a Aprendizagem. Profissionais de Apoio à inclusão escolar.

Bibliografia:

Autor(es)	Título	Dados bibliográficos / Observações
Bruno, M, M.G	O Desenvolvimento Integral do Portador de Deficiência Visual da intervenção precoce à integração escolar	São Paulo; Newswork; 1993
CARVALHO, Rosita Edler	Educação inclusiva: com os pingos nos is	10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014
INEP - Ministério da Educação (Brasil)	A escola comum inclusiva. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusiva Escolar	Brasília: MEC, 2010. Fascículo 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

MACEDO, Lino	Ensaio Pedagógico – Como construir uma escola para todos?	1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005
Maia, S.R	Fundamentos e Metodologia da Surdocegueira e Deficiências múltiplas	1. ed. Curitiba: Fael, 2021
MANTOAN, Maria Teresa Egler	Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?	2. ed. São Paulo: Cortez, 1996
Ministério da Educação (MEC)	A Escola Comum Inclusiva: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar	Brasília: MEC, 2010. Fascículo 1
RAMOS, R.	Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva	2. ed. São Paulo: Summus, 2010 (capítulos 5,6,7)
SASSAKI, Romeu Kazumi	Inclusão: construindo uma sociedade para todos	Rio de Janeiro: WVA, 1999
STAINBACK, S.; STAINBACK, W.	Inclusão: um guia para educadores	Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999
STROBEL, Karin	Ouvindo os surdos: pensando a surdez a partir da diferença e da cultura	2. ed. Brasília: MEC, 2009
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker	Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos	Porto Alegre: Artmed, 2004
PERLIN, Gladis	A educação de surdos e o ensino bilíngue	In: QUADROS, R. M. (Org.). Bilíngue: Libras e português como segunda língua. Porto Alegre: UFSC, 2008
Lei nº 14.191, de 3/8/2021	Modalidade de educação bilíngue de surdos	[Legislação]

Legislação:

Autoridade normativa	Documento legal	Observações / Disponibilidade
BRASIL	LDB – Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Artigos 58º, 59º, 60º	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
BRASIL	Lei nº 12.764, de 27/12/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
BRASIL	Lei nº 13.146, de 6/7/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
BRASIL	Lei nº 13.716, de 24/9/2018	Assegura atendimento educacional hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.
BRASIL	Lei nº 14.191, de 3/8/2021	Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos.
BRASIL	Decreto nº 7.611, de 17/11/2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
ITAQUAQUESTA (SP) – SEMECTI	Instrução Normativa DEE nº 43, 3/12/2021	Organização do atendimento educacional especializado.
BRASIL	Resolução CNE nº 4, de 2/10/2009	Estabelece Diretrizes para atendimento educacional especializado (AEE).
BRASIL	Decreto nº 67.635, de 6 de abril de 2023	Dispõe sobre a Educação Especial na rede estadual de ensino.
ITAQUAQUECETUBA	Lei Complementar nº 280/2015	Estatuto do Magistério Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

ITAQUAQUECETUBA	Decreto municipal nº 7.488/2017	Regimento Comum das Escolas.
ITAQUAQUECETUBA	Decreto municipal nº 8.569/2025	Currículo do Sistema Público Municipal de Ensino de Itaquaquecetuba.

Para os cargos: Professor Titular de Educação Infantil (PTEI); Professor Titular de Ensino Fundamental (PTEF)

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Matemática: Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números racionais nas suas representações fracionária ou decimal. Mínimo múltiplo comum. Máximo divisor comum. Porcentagem. Razão e proporção. Regra de três simples ou composta. Equações do 1º ou do 2º grau. Sistema de equações do 1º grau. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico. Tratamento da informação – média aritmética simples. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de Pitágoras e de Tales.

Para o cargo: Professor Titular de Educação Infantil (PTEI)

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Dimensão pedagógica – currículo, planejamento e avaliação da aprendizagem. O brincar como eixo estruturante da aprendizagem da criança. Organização e planejamento do trabalho pedagógico: espaço, tempo e possibilidades educativas. Teorias didáticas na educação infantil. Avaliação na educação infantil. Dimensão do desenvolvimento infantil – aprendizagem, afetividade e interação social. A educação, o cuidado e os afetos na educação infantil. Contribuições da Psicologia do Desenvolvimento à educação. Psicomotricidade na educação infantil. O conhecimento na educação infantil. O currículo na educação infantil. As múltiplas linguagens da criança. Letramento na educação infantil. Ensinar e aprender matemática na educação infantil. A criança e seu ambiente social, cultural e natural. Dimensão social e política da escola. Concepções de educação, de escola e sua função social. Políticas de inclusão, educação especial e multiculturalidade na escola. Relações entre escola, família e sociedade. A formação do professor da educação infantil. Legislação educacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Bibliografia:

AUTOR(ES)/INSTITUIÇÃO	TÍTULO	DADOS BIBLIOGRÁFICOS/ACESSO
AZEVEDO, Fernando de	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)	In: Wikipédia, a enciclopédia livre. [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educação_Nova . Acesso em: 10 jan. 2025. [1]
BARBIERI, Stela	Territórios da invenção: ateliê em movimento	1. ed. São Paulo: Jujuba, 2021. [1]
BARBIERI, Stela	Territórios da transformação	1. ed. São Paulo: Jujuba, 2022. [1]
BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. da G. S.	Projetos Pedagógicos na Educação Infantil	Porto Alegre: Artmed, 2008. [1]
BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S.	Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero?	Porto Alegre: Artmed, 2001. [1]
BENDER, W. N.	Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI	Porto Alegre: Penso, 2014. [1]
BETTIO, Claudia Daiane Batista; MIRANDA, Ana Carolina Arruda; SCHMIDT, Andréia	Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil	Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/9786588082034 . Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/646 . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique	O Desenho Universal para Aprendizagem como um Princípio do Cuidado / The Universal Design for Learning as a Principle of Care	2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/198431781502201936 1. Acesso em: 13 fev. 2025. [1]
BORTOLANZA, Ana Maria Esteves	O papel da linguagem no desenvolvimento infantil: Implicações dos estudos de Leon Semenovitch Vygotsky	Revista Eutomia, n. 19, v. 1, jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/22885 . Acesso em: 28 dez. 2024. [1]
BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs.)	A aprendizagem inicial da língua escrita com crianças de 4 e 5 anos: mediações pedagógicas	Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora Ltda, 2021. [1]
CAVALLEIRO, Eliane dos Santos	Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil	6. ed., 11ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2024. [1]
CHARLOT, Bernard	Da relação com o saber: elementos para uma teoria	Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de	A qualidade da educação: perspectivas e desafios	Cadernos CEDES, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. [1]
DUTRA, Thiago; MOLL, Jaqueline	A Educação Integral no Brasil: Uma análise histórica-sociológica	Revista Prática Docente, v. 3, p. 813-829, 2018. [1]
FELÍCIO, Helena Maria dos Santos	Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral	Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-18, abril, 2012. [1]
FERREIRO, Emilia	Reflexões Sobre a Alfabetização	Cortez, 1985. [1]
FIALHO, C. D.; DAMASCENO, L. F. C.	O trabalho com projetos no laboratório de desenvolvimento infantil (LDI): compartilhando experiências e resgatando memórias. In: LIMA JARDIM, N.M.; DAMASCENO, L.F.C.; SOARES, O.M.A.; SANTOS, M.A. Projetos na educação infantil: Experiências inspiradoras e integradas de aprendizagem	Curitiba: Editora CRV, 2020. [1]
FOCHI, Paulo (org.)	Vida cotidiana e microtransições: narrativas pedagógicas das escolas do observatório da cultura Infantil – OBECI	São Paulo: Diálogos. Embalados, 2023. [1]
FOCHI, Paulo Sérgio	A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: o caso do observatório da cultura infantil	2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São... [dados incompletos no arquivo] [1]
FORMOSINHO, J. O.; FORMOSINHO, J.	Pedagogia-em-participação: a perspectiva educativa da Associação Criança	Porto: Porto Editora, 2013. [1]
FREIRE, Paulo	A importância do ato de ler: em três artigos que se completam	São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. [1]
GATTI, B. A.	Formação de professores no Brasil: características e problemas	Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016 . Acesso em: 28 dez. 2024. [1]
GÓES, Anderson Roges Teixeira; COSTA, Priscila Kabbaz Alves da (Org.)	Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva – vol. 1	São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

GÓES, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza	Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local	Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/57qVjg5BQZ9gf5tWZYtzT5h/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 02 jan. 2025. [1]
GONZAGA, Luciano Luz; LANNES, Denise (Orgs.)	Gestão Escolar: Herdeira da Afetividade, Refém da Racionalidade e sem Relevância	1ª ed. Jundiaí, SP: Paco, 2020. [1]
GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, Dianne Widmeyer	O cuidado com bebês e crianças bem pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas	9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. [1]
HORN, M. G. S.	Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil	Porto Alegre: Artmed, 2004. [1]
KUHLMANN JR., Moysés	Histórias da educação infantil brasileira	Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, jul. 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- (ver arquivo para detalhes). [1]
LECLERC, G. F. E.; MOLL, Jaqueline	Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral	Educar em Revista (Impresso), v. 45, p. 91, 2012. [1]
LEFÈVRE, F.	Discurso do Sujeito Coletivo: nossos modos de pensar, nossos eu e o coletivo	São Paulo: Andreoli, 2017. [1]
LIBÂNEO, J. C.	Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente	São Paulo: Cortez, 2013. [1]
LIMA JARDIM, N.M.; DAMASCENO, L.F.C.; SOARES, O.M.A.; SANTOS, M.A.	Projetos na educação infantil: Experiências inspiradoras e integradas de aprendizagem	Curitiba: Editora CRV, 2022. [1]
LUCKESI, Cipriano Carlos	Avaliação da aprendizagem na educação infantil	Revista Interações, v. Número Especial - A Avaliação nas Primeiras Idades, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.25755/int . (ver arquivo para detalhes). Acesso em: 08 jan. 2024. [1]
LUIZ, M.C.	Formação de diretores de escola: uma proposta em mentoria	São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. [1]
MOLL, Jaqueline	Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos	1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

MOLL, Jaqueline	Educação Integral no Brasil: o desafio da construção de um paradigma contemporâneo	Presente! (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica), v. 67, p. 26-28, 2010. [1]
MOLL, Jaqueline	Educação Integral: texto referência para o debate nacional	1. ed. São Paulo: Leograf Gráfica e Editora Ltda, 2009, v. 1. [1]
MOLL, Jaqueline	O PNE e a Educação Integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral	Retratos da Escola, v. 8, p. 369-382, 2014. [1]
MORAIS, Artur Gomes de; SILVA, Alessandro da	Consciência fonológica na Educação Infantil: desenvolvimento de habilidades metalinguísticas e aprendizado da escrita. In: Brandão, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs.). Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas	Belo Horizonte: Autêntica, 2010. [1]
NÓVOA, António	Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa	Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 38, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0411.88222 . Acesso em: 28 dez. 2024. [1]
OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; PASCAL, C.	Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil	Porto Alegre: Penso, 2019. [1]
OLIVEIRA, Martha Khol	Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico	São Paulo: Scipione, 1997. [1]
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-04/20200400348&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 07 jan. 2025. [1]
OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.)	Registros na Educação Infantil: pesquisa e prática pedagógica	Campinas, SP: Papirus, 2017. [1]
PIVA, Luciane Frosi	Transições na vida de bebês e de crianças bem pequenas no cotidiano da creche	Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, e227311, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046227311 . Acesso em: 12 fev. 2025. [1]
SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; CARVALHO, Denise Alessi Delfim de	Pedagogia de projetos na educação infantil: significados gerados na tematização da prática	Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 348-361, out. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052022000400348&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 07 jan. 2025. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio	Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) / Universal Design Learning Guidelines	Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 4, p. 123, out.-dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155 . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
SOARES, Magda	Alfabetização e letramento: práticas e reflexões	5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. [1]
TARDIF, M.	Saberes docentes e formação profissional	Petrópolis: Vozes, 2014. [1]
TARDOS, Anna; SZANTO-FEDER, Ágnes	O que é a autonomia na primeira infância? In: FALK, Judith. Educar os Três Primeiros Anos: A Experiência de Loczy	2. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011. [1]
TEIXEIRA, Anísio	Educação para a democracia	Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1997. (Original publicado em 1936). [1]
TONUCCI, Francesco	A cidade das crianças	São Paulo: Editora Cortez, 2008. [1]
VEIGA, Ilma Passos Alencastro	Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível	29ª ed. Editora Papirus, 2013. [1]
VIGOTSKY, Lev Semyonovich	A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente	São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Trabalho original publicado em 1991). [1]
VYGOTSKY, L. S.	A questão do meio na pedologia	Tradução de Márcia Pileggi Vinha. Psicologia USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 21, 2010. (Trabalho original publicado em 1935). [1]
WALLON, Henri	Psicologia e educação da infância	Lisboa: Editorial Estampa, 1975. [1]

Legislação:

ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	NORMATIVO	DADOS COMPLEMENTARES
BRASIL	Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração)	Brasília, DF: Senado Federal, 2017. [1]
BRASIL	Edital MEC/SECADI nº 1, de 13 de janeiro de 2025	Brasília: MEC/SECADI. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		iza/index.jsp?data=14/01/2025&jornal=530&pagina=39. Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023	Brasília: CNODS. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao20DS18lgualdadeEtnicoRacial.pdf . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (Lei Brasileira de Refúgio)	Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Base Nacional Comum Curricular	Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br . Acesso em: 15 out. 2024. [1]
BRASIL	Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf . Acesso em: 7 jan. 2025. [1]
BRASIL	Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023	Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm . Acesso em: 16 nov. 2024. [1]
BRASIL	Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/01/2025&jornal=530&pagina=39 . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. [1]
BRASIL	Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [1]
BRASIL	Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010	Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm . Acesso em: 02 nov. 2024. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

BRASIL	Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. [1]
BRASIL	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica	Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 424-495. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a- [ver arquivo]. [1]
BRASIL	Educação integral: texto referência para o debate nacional	Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfi_nal_educ_integral.pdf . Acesso em: 15 out. 2025. [1]
BRASIL	Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001	Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm . [1]
BRASIL	Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008	Altera a Lei nº 9.394/1996 – inclui obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 12 nov. 2024. [1]
BRASIL	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014. [1]
BRASIL	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016. [1]
BRASIL	Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Lei nº 14.617, de 11 de julho de 2023	Institui o Mês da Primeira Infância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14617.htm . Acesso em: 16 nov. 2024. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

BRASIL	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. [1]
BRASIL	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais	Brasília, 2004. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil - 1990-2000	Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000G4.pdf . Acesso em: 03 jan. 2025. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica/educspecial.pdf . Acesso em: 03 jan. 2025. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Brasília: MEC/SEB, 2009. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE	Orientações aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. [1]
BRASIL	Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Experiências Inclusivas	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov . [1]
BRASIL	Parecer CNE/CEB nº 2/2022	Normas sobre computação na Educação Básica – complemento à BNCC. Brasília, DF: CNE, 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2022-pdf/235511-pceb002-22/file . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Parecer CNE/CEB nº 20/2009	Brasília: CNE/CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010	Brasília: CNE/CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb04_10.pdf . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq)	Brasília: MEC. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024 [ver arquivo]. [1]
BRASIL	Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		Brasília, DF, n. 244, Seção 1, p. 29-32, 18 dez. 2009. [1]
BRASIL	Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do CNE	Brasília: CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-[ver arquivo] . [1]
ITAQUAQUECETUBA (Município)	Decreto nº 8.469, de 27 de janeiro de 2025	Cria o sistema e a regulamentação das ações para a educação das relações étnico-raciais no Sistema Público Municipal de Ensino de Itaquaquetuba. Diário Oficial do Município de Itaquaquetuba, 27 jan. 2025. Disponível em: http://www.itaquaquetuba.sp.gov.br/diario-oficial/index.php/prefeitura/decreto-8469-cria-sistema-e-a-regulamentacao-para-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-no-sistema-publico-municipal-27-01-25/viewdocument . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Caderno Orientador: Educação Infantil. Caderno nº 1, 2024a	Disponível em: https://semecti.com.br/publicacoes/em/departamentos, na aba “Núcleo Pedagógico”. Clicar em “NÚCLEO PEDAGÓGICO – CADERNO ORIENTADOR EDUCAÇÃO INFANTIL”
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Mentoria para construção do projeto político pedagógico: para fazer juntos. Caderno nº 4, 2024	Livro eletrônico. Disponível em: https://storage.educacaoitaqua.com.br/biblioteca/Diretrizes Comuns/CADERNO 4 - Mentoria Projeto Político Pedagógico 2024 CRE.pdf . Acesso em: 12 dez. 2024b. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Programa de mentoria nas escolas: para fazer juntos. Caderno nº 5, 2024	Livro eletrônico. Disponível em: https://storage.educacaoitaqua.com.br/biblioteca/Diretrizes Comuns/CADERNO 5 - Programa de Mentoria nas Escolas.pdf . Acesso em: 10 dez. 2024c. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Proposta Curricular Municipal. 1ª Versão, 2020-2022	Disponível em: https://semecti.com.br/storage/documents/2023/08/nucleo-pedagogico-proposta-curricular-municipal.pdf . [1]
ITAQUAQUECETUBA	Decreto Municipal nº 8.308, de dezembro de 2023	Institui o Comitê Gestor Intersetorial pela Primeira Infância no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.itaquaquetuba.sp.gov.br/diario-oficial/index.php/prefeitura/decreto-8308-regulamenta-politica-municipal-integrada-primeira-infancia-14-12-23/viewdocument . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

ITAQUAQUECETUBA	Decreto nº 6180, de 12 de agosto de 2009	Estabelece normas relativas ao PAIE e dispõe sobre a criação do CREI, estabelecendo diretrizes para atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itaquaquécetuba/decreto/2009/6180/6180/decreto-n-6180-2009 . Acesso em: 19 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Decreto nº 7488, de 15 de agosto de 2017	Aprova o Regimento Comum das Escolas Municipais de Itaquaquécetuba. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itaquaquécetuba/decreto/2017/749/7488 . Acesso em: 20 fev. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Instrução Normativa nº 43/SEMECTI, de 3 de dezembro de 2021	Organiza o funcionamento das classes de Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: https://semecti.com.br/storage/documents/2023/08/instrucoes-2021-n-43.pdf . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 1134, de 1º de agosto de 1989	Dispõe sobre a criação da escola especial "Vicente Leporace" – EMESP. Disponível em: http://leismunicipa.is/nqpkf . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 2808, de 22 de abril de 2010	Altera denominação de escola do Sistema Municipal de Ensino. Disponível em: http://leismunicipa.is/iqlnp . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3.592, de 17 de dezembro de 2021	Institui o dia da Bolívia no Município de Itaquaquécetuba. Disponível em: http://www.itaquaquécetuba.sp.gov.br/diario-oficial/index.php/prefeitura/administracao/lei-3592-dia-da-bolivia-17-12-21 . Acesso em: 15 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3643, de 28 de setembro de 2022	Cria a Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS. Diário Oficial Eletrônico do Município de Itaquaquécetuba, SP, 28 set. 2022. Disponível em: http://www.diariooficial.itaquaquécetuba.sp.gov.br/index.php/prefeitura/administracao/lei-3643-aut67-cria-escola-bilingue-28-09-2022 . Acesso em: 7 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3.659, de 2022	Cria a "Casa de Projetos Educacionais Paulo Freire", que integrará o Sistema Municipal de Ensino de Itaquaquécetuba. Disponível em: http://www.itaquaquécetuba.sp.gov.br . [1]
ITAQUAQUECETUBA	Portaria nº 146.050, de 27 de janeiro de 2025	Dispõe sobre o Programa de Aperfeiçoamento e Mentoria de Diretores de SEMECTI. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

SÃO PAULO (Estado)	Currículo Paulista	São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2019. [1]
Itaquaquetuba	Lei Complementar nº 280/2015	Estatuto do Magistério Municipal
Itaquaquetuba	Decreto municipal nº 7.488/2017	Regimento Comum das Escolas
Itaquaquetuba	Decreto municipal nº 8.569/2025	Currículo do Sistema Público Municipal de Ensino de Itaquaquetuba

Para o cargo: Professor Titular de Ensino Fundamental (PTEF)

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Dimensão Pedagógica – Currículo, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem. O cotidiano escolar e as teorias e metodologias didáticas. Avaliação no Ensino Fundamental. Educação Integral. Dimensão do Educando – Aprendizagem e Socialização. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem. Infâncias e culturas infantis. Cultura digital. O conhecimento no Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Alfabetização e Letramento. Educação matemática. Currículo, suas áreas de conhecimento e temas transversais do Ensino Fundamental. Dimensão Social, Organizacional e Política da Escola. Concepções de educação, de escola e sua função social. Educação para a democracia, direitos humanos e multiculturalidade na escola. Políticas de inclusão e educação especial. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Docência e identidade profissional. Legislação educacional.

Bibliografia:

AUTOR(ES)/INSTITUIÇÃO	TÍTULO	DADOS BIBLIOGRÁFICOS/ACESSO
ALVES, D. C.; FRADE, I. C. A. da S.	Formação cartográfica e os novos estudos do letramento: uma investigação curricular dos cenários formativos de acadêmicos de Geografia e Pedagogia	Educação: Teoria e Prática, v. 34, n. 67, p. e21, 2023. DOI: 10.18675/1981-8106. v34. n.67.s17610. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17610 . Acesso em: 23 fev. 2025.
AMARAL, Ana Luiza Neiva; GUERRA, Leonor Bezerra	Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem	Brasília: SESI/DN, 2022. Disponível em: https://www.portaldaindustria.com.br/busca/?q=Neurociência+e+educação%3A+olhando+para+o+futuro+da+aprendizagem . Acesso em: 13 abr. 2024. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de	Ensino de geografia: perspectiva histórico-curricular no Brasil republicano	2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7603 . Acesso em: 22 fev. 2025. [1]
BARBOSA, Ana Mae	Tópicos utópicos	Belo Horizonte: C/Arte, 1998. [1]
BARRETO, José; CARLOS, Vera	Um sonho que não serve ao sonhador. In: UNESCO; MEC; RAAAB. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos	Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143238 . Acesso em: 23 fev. 2025. [1]
BENDER, W. N.	Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI	Porto Alegre: Penso, 2014. [1]
BETTIO, Claudia Daiane Batista; MIRANDA, Ana Carolina Arruda; SCHMIDT, Andréia	Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil	Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/9786588082034 . Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/646 . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BITTAR, Marilena; MUNIZ, Cristiano Alberto (org.)	A aprendizagem matemática na perspectiva da teoria dos campos conceituais	1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2009. [1]
BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique	O Desenho Universal para Aprendizagem como um Princípio do Cuidado / The Universal Design for Learning as a Principle of Care	2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/1984317815022019361 . Acesso em: 13 fev. 2025. [1]
CALLAI, Helena Copetti	Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental	Cadernos CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006 . Acesso em: 22 fev. 2025. [1]
CARON, Lurdes; MARTINS FILHO, Lourival José	Ensino religioso: uma história em construção. In: SILVEIRA, Emerson Senu da; JUNQUEIRA, Sérgio (Org.). O Ensino Religioso na BNCC	Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. [1]
CARVALHO, Fernanda Antoniolo Hammes de	Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente	Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2022. DOI: 10.1590/S1981-77462010000300012. Disponível em: https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/artic/view/1589 . Acesso em: 16 mar. 2025. [1]
CASTELLAR, Sonia M. Vanzella	Metodologias Ativas: projetos interdisciplinares	1ª. ed. São Paulo: FTD, 2016. [1]
COUTINHO, Rejane Galvão (Coord.)	Desafios para a docência em arte [recurso eletrônico]: Teoria e Prática	São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Núcleo de Educação a Distância, . 110 p. Ilustrado. Disponível em: www.acervodigital.unesp.br . Acesso em: 20 fev. 2025. [1]
DAOLIO, Jocimar	Da cultura do corpo	17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Corpo & Motricidade). [1]
DESIDERIO, Adriana Maria de Oliveira	A importância e as contribuições da arte na interdisciplinaridade. In: COUTINHO, Rejane Galvão (Coord.), Desafios para a docência em arte	São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Núcleo de Educação a Distância, , p. 75. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155332/1/unesp-nead-redefor2ed-e-book-tcc_arte.pdf . Acesso em: 13 mar. 2025. [1]
DI PIERRO, Maria Clara	Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. In: UNESCO; MEC; RAAAB. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos	Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143238 . Acesso em: 25 fev. 2025. [1]
FELÍCIO, Helena Maria dos Santos	Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral	Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-18, abril, 2012. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

FERNANDES, Jarina Rodrigues; NOGUEIRA, Marcela Fontão; TRONCO, Mariah Cruz de Souza	Tecnologias e Currículo da EJA no Brasil em Tempos de Pandemia: para que, para quem?	E-Curriculum, São Paulo, v. 21, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1809-38762023000100117&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 01 mar. 2025. [1]
FERREIRO, Emília	Reflexões Sobre a Alfabetização	Cortez, 1985. [1]
FRADE, Gabriel dos Santos; PAULA, Luiz Renato de	A Antiga igreja matriz de Nossa Senhora d'Ajuda: Itaquaquecetuba: 400 anos de história da devoção de um povo	1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2024. [1]
FRACALANZA, Hilário; AMARAL, Ivan A.; GOUVEIA, Mariley S. Flória	O ensino de ciências no primeiro grau	São Paulo: Atual, 1986. [1]
FREIRE, Paulo	A importância do ato de ler: em três artigos que se completam	São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. [1]
FREIRE, Paulo	Pedagogia do oprimido	Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. [1]
FREIRE, Paulo	Pedagogia do oprimido	Porto: Afrontamento, 1972. [1]
FREITAS, Luiz Carlos de	Avaliação educacional: caminhando pela contramão	7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. Reimpressão 2021. [1]
FRADE, I. C. A. da S.; ALVES, D. C.	Formação cartográfica e os novos estudos do letramento	Educação: Teoria e Prática, v. 34, n. 67, p. e21, 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v34.n.67.s17610. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index .php/educacao/article/view/17610 . Acesso em: 23 fev. 2025. [1]
FUMAGALLI, Laura	O ensino de ciências naturais no nível fundamental de educação formal: argumentos a seu favor. In: WEISSMANN, Hilda (Org.), Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões	Porto Alegre: ArtMed, 1998. [1]
GATTI, B. A.	Formação de professores no Brasil: características e problemas	Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101- 73302010000400016 . Acesso em: 28 dez. 2024. [1]
GÓES, Anderson Roges Teixeira; COSTA, Priscila Kabbaz Alves da (Org.)	Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva	São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 172 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/3690970 93_DO_DESENHO_UNIVERSAL_AO_DESENHO_UNIV ERSAL_PARA_APRENDIZAGEM . Acesso em: 08 fev. 2025. [1]
GÓES, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza	Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local	Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/57qVjg5BQZ9gf5t WZYtZ5h/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 02 jan. 2025. [1]
GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; AGUIAR, Fabiane Angélica de	A neurociência na formação inicial de professores: uma investigação científica	Ensino em Revista, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 871- 895, set. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1983-17302019000300871&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 14 mar. 2025. [1]
HOBSBAWM, Eric	Era dos extremos: o breve século XX (1914- 1991)	São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [1]
JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Org.)	O ensino religioso no Brasil	2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011. 198 p. (Coleção Educação: religião; 5). [1]
LECLERC, G. F. E.; MOLL, Jaqueline	Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral	Educar em Revista (Impresso), v. 45, p. 91, 2012. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

LEFÈVRE, F.	Discurso do Sujeito Coletivo: nossos modos de pensar, nossos eu e o coletivo	São Paulo: Andreoli, 2017. [1]
LIBÂNEO, J. C.	Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente	São Paulo: Cortez, 2013. [1]
LUCKESI, Cipriano Carlos	Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições	22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. [1]
LUCKESI, Cipriano Carlos	Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas	São Paulo: Cortez, 2018. [1]
LUIZ, M. C.	Formação de diretores de escola: uma proposta em mentoria	São Carlos, Pedro & João Editores, 2024. [1]
MACHADO, Nilson José	Educação: projetos e valores	5. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. (Coleção ensaios transversais). [1]
MATTOS, Christiane Sheyla Magalhães de; VARGAS, Diego da Silva	Letramento Científico na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões e Práticas a Partir da Pandemia de Covid-19	Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC), [s. l.], 2023. Disponível em: https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2023u213240 . Acesso em: 04 mar. 2025. [1]
MOLL, Jaqueline	Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos	1. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012. [1]
MOLL, Jaqueline	Educação Integral no Brasil: o desafio da construção de um paradigma contemporâneo	Presente! (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica), v. 67, p. 26-28, 2010. [1]
MOLL, Jaqueline	Educação Integral: texto referência para o debate nacional	1. Ed. São Paulo: Leograf Gráfica e Editora Ltda, 2009, v. 1. [1]
MOLL, Jaqueline	O PNE e a Educação Integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral	Retratos da Escola, v. 8, p. 369-382, 2014. [1]
NEIRA, Marcos Garcia	O currículo cultural da Educação Física em ação: a perspectiva dos seus autores	2011. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de Educação Física) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/ . Acesso em: 18 fev. 2025. [1]
NIKITIUK, Sonia M. Leite (org.)	Repensando o ensino de história	4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 52). [1]
NÓVOA, António	Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa	Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 38, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0411.88222 . Acesso em: 28 dez. 2024. [1]
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
SANTOS, R. de C. L.	Letramento digital na Educação Básica: caminhos e descaminhos	Grau Zero – Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas-BA: Fábrica de Letras – UNEB, v. 12, n. 1, p. 271-283, 2024. DOI: 10.30620/gz.v12n1.p271. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/v12n1p271 . Acesso em: 16 fev. 2025. [1]
SCHNEIDER, S. W. C.; LEON, A. D.	A história do ensino de História no Brasil	Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1-16, 2022. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2022.v7.n.8990. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/8990 . Acesso em: 23 fev. 2025. [1]
SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio	Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) / Universal Design Learning Guidelines	Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 4, p. 123, out.-dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155 . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

SILVA, A. C. M.	Políticas Educacionais para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Marcos Legais e Solicitações da Realidade	Ensaio Pedagógico, 1(2), p. 34-39, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14244/enp.v1i2.27 . Acesso em: 13 mar 2025. [1]
SILVEIRA, Emerson Senu da; JUNQUEIRA, Sérgio (Org.)	O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental	Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. [1]
SOARES, Magda	Alfabetização e Letramento	7. ed. São Paulo: Contexto, 2017. [1]
TARDIF, M.	Saberes docentes e formação profissional	Petrópolis: Vozes, 2014. [1]
TEIXEIRA, Anísio	Educação para a democracia	Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. (Original publicado em 1936). [1]
URBAN, Ana Claudia; LUPORINI, Teresa Jussara	Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental	São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção biblioteca básica de alfabetização e letramento). [1]
VEIGA, Ilma Passos Alencastro	Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível	29ª ed. Editora Papirus, 2013. [1]
VIERO, Anézia; PENTEADO, Cléia; GARCIA, Sandra Rangel	Avaliação emancipatória no SEJA: no tempo do fazer e do aprender. In: UNESCO; MEC; RAAAB. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos	Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143238 . Acesso em: 25 fev. 2025. [1]
VIECHENESKI, Juliana Pinto; CARLETTO, Marcia	Porque é para quê ensinar ciências para crianças	Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia (RBECT), v. 6, n. 2, p. 1-18, maio-ago. 2013. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1638/1046 . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]

Legislação:

ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	NORMATIVO	DADOS COMPLEMENTARES
BRASIL	Base Nacional Comum Curricular	Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br . Acesso em: 15 out. 2024. [1]
BRASIL	Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001	Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf . Acesso em: 7 jan. 2025. [1]
BRASIL	Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visu



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		alza/index.jsp?data=14/01/2025&jornal=530&pagina=39 . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Decreto n.º 7.083, de 27 de janeiro de 2010	Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm . Acesso em: 02 nov. 2024. [1]
BRASIL	Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Retificado em: 21 nov. 2011. [1]
BRASIL	Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023	Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm . Acesso em: 16 nov. 2024. [1]
BRASIL	Decreto n.º 12.048, de 5 de junho de 2024	Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12048.htm . Acesso em: 01 mar. 2025. [1]
BRASIL	Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. [1]
BRASIL	Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. [1]
BRASIL	Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/le



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		is_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 mar. 2025. [1]
BRASIL	Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm . Acesso em: 15 dez. 2024. [1]
BRASIL	Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008	Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 12 nov. 2024. [1]
BRASIL	Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. [1]
BRASIL	Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017	Lei de Migração. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. [1]
BRASIL	Lei n.º 13.716, de 24 de setembro de 2018	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a revisão de proventos de aposentadoria. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm . Acesso em: 05 fev. 2025. [1]
BRASIL	Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte	Brasília: MEC/SEF, 1997a. 130 p. [1]
BRASIL	Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Naturais	Brasília: MEC/SEF, 1997c. [1]
BRASIL	Parâmetros Curriculares Nacionais – História, Geografia	Brasília: MEC/SEF, 1997a. [1]
BRASIL	Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática	Brasília: MEC/SEF, 1997b. [1]
BRASIL	Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física	Brasília: MEC/SEF, 1998. [1]
BRASIL	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais	Brasília, 2004. [1]
BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf . Acesso em: 03 jan. 2025. [1]
BRASIL	Parecer CNE/CEB n.º 2/2022	Normas sobre computação na Educação Básica – complemento à BNCC. Brasília, DF: CNE, 2022. Disponível em:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2022-pdf/235511-pceb002-22/file . Acesso em: 10 fev. 2025. [1]
BRASIL	Nota Técnica n.º 24/2013/MEC/SECADI/DPEE	Orientações aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE, 21 mar. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192 . Acesso em: 05 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Caderno Orientador: Ensino Fundamental. Caderno nº 2. 2024a	Disponível em: https://semecti.com.br/publicacoes/em/dep-amentos,naaba "Núcleo Pedagógico" . Clicar em " NÚCLEO PEDAGÓGICO – CADERNO ORIENTADOR ENSINO FUNDAMENTAL "
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Caderno Orientador da EJA. Caderno nº 3. 2024b	Disponível em: https://semecti.com.br/publicacoes/em/dep-amentos,naaba "Núcleo Pedagógico" . Clicar em " NÚCLEO PEDAGÓGICO – CADERNO ORIENTADOR EJA "
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Mentoria para construção do projeto político pedagógico: para fazer juntos, Caderno nº 4. 2024	Disponível em: https://storage.educacaoitaqua.com.br/biblioteca/DiretrizesComuns/CADERNO 4 - Mentoria Projeto Político Pedagógico 2024 CRE.pdf . Acesso em: 12 dez. 2024d. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Programa de mentoria nas escolas: para fazer juntos, Caderno nº 5. 2024	Disponível em: https://storage.educacaoitaqua.com.br/biblioteca/DiretrizesComuns/CADERNO 5 - Programa de Mentoria nas Escolas.pdf . Acesso em: 10 dez. 2024c. [1]
ITAQUAQUECETUBA (SP). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Proposta Curricular Municipal. 1ª Versão	Semecti. 2020-2022. Disponível em: https://semecti.com.br/storage/documents/2023/08/nucleo-pedagogico-proposta-curricular-municipal.pdf . Acesso em: 01 ago. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Decreto nº 6180, de 12 de agosto de 2009	Estabelece normas relativas ao PAIE e dispõe sobre a criação do CREI, estabelecendo diretrizes para atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itaquauecetuba/decreto/2009/618/6180/decreto-n-6180-2009 . Acesso em: 19 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Decreto nº 7488, de 15 de agosto de 2017	Aprova o Regimento Comum das Escolas Municipais de Itaquaquetuba. Disponível



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

		em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itaquaquetuba/decreto/2017/749/7488 . Acesso em: 20 fev. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Decreto nº 8469, de 27 de janeiro de 2025	Cria o sistema e a regulamentação das ações para a educação das relações étnico-raciais no Sistema Público Municipal. Disponível em: https://www.itaquaquetuba.sp.gov.br/diariooficial/index.php/prefeitura/decreto-8469-cria-sistema-e-a-regulamentacao-para-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-no-sistema-publico-municipal-27-01-25/viewdocument . Acesso em: 15 fev. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Instrução Normativa nº 43/SEMECTI de 3 de dezembro de 2021	Organiza o funcionamento das classes de Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: https://semecti.com.br/storage/documents/2023/08/instrucoes-2021-n-43.pdf . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 1134, de 1º de agosto de 1989	Dispõe sobre a criação da escola especial "Vicente Leporace" – EMESP. Disponível em: http://leismunicipa.is/nqpkf . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 2808, de 22 de abril de 2010	Altera denominação de escola do Sistema Municipal de Ensino. Disponível em: http://leismunicipa.is/iqlnp . Acesso em: 18 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3.592, de 17 de dezembro de 2021	Institui o dia da Bolívia em Itaquaquetuba. Disponível em: https://www.itaquaquetuba.sp.gov.br/diariooficial/index.php/prefeitura/administracao/lei-3592-dia-da-bolivia-17-12-21 . Acesso em: 15 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3.643, de 28 de setembro de 2022	Cria a Escola Municipal de Educação Bilingue para Surdos – EMEBS. Disponível em: https://www.diariooficial.itaquaquetuba.sp.gov.br/index.php/prefeitura/administracao/lei-3643-aut67-cria-escola-bilingue-28-09-2022 . Acesso em: 07 jan. 2025. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Lei nº 3.659, de 20 de dezembro de 2022	Cria a "Casa de Projetos Educacionais Paulo Freire". Disponível em: http://leismunicipa.is/08ubc . Acesso em: 15 out. 2024. [1]
ITAQUAQUECETUBA	Portaria nº 146.050, de 27 de janeiro de 2025	Dispõe sobre o Programa de Aperfeiçoamento e Mentoria de Diretores da SEMECTI. Disponível em: https://www.diariooficial.itaquaquetuba.sp.gov.br/index.php/prefeitura/administracao/portaria-146050-dispoe-sobre-programa-de-aperfeicoamento-e-mentoria-diretores-da-secretaria-semecti-27-01-25 . Acesso em: 28 jan. 2025. [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

SÃO PAULO (Estado)	Currículo Paulista	São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2019. [1]
Itaquaquetuba	Lei Complementar nº 280/2015	Estatuto do Magistério Municipal
Itaquaquetuba	Decreto municipal nº 7.488/2017	Regimento Comum das Escolas
Itaquaquetuba	Decreto municipal nº 8.569/2025	Currículo do Sistema Público Municipal de Ensino de Itaquaquetuba

